



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680404 - SP (2021/0220521-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CARLOS ALBERTO TELLES E OUTRO
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO TELLES - SP242749
RAYANNE MERENDA TELLES - SP339768
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO GOUVEIA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANILO GOUVEIA FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 2127762-33.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso temporariamente no dia 7 de abril de 2021, e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos II, e § 2º-A, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. A prisão temporária foi convertida em preventiva.

Alegam os impetrantes que a segregação cautelar do paciente, além de despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP. Sustentam, ainda, a insuficiência de provas da ocorrência do crime e da autoria delitiva.

Requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

Houve, portanto, motivação da negativa de soltura, com base nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, pois aquele que é preso pela tentativa de roubo, majorado pelo concurso de agentes, mediante ação violenta contra a vítima, é de presumível temibilidade de conduta, capaz de ameaçar a ordem pública, levando a risco, pelo seu comportamento,

a integridade física e patrimonial das demais pessoas. Assim, conquanto a culpabilidade do paciente deva ser demonstrada no curso do processo, existiram fundamentos válidos para a negativa da liberdade provisória. Cabe ressaltar, inclusive, que o ora paciente possui reiterado envolvimento em delitos patrimoniais, circunstância que revela seu pouco respeito aos valores sociais e à ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente